

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31

Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto a contratação de pessoa física, registrada como Leiloeiro Oficial junto à Junta Comercial do Estado do Paraná, para prestação de serviços de organização, divulgação e condução de leilões públicos preferencialmente eletrônicos ou híbrido de veículos retidos, removidos, sucatas, abandonados e inservíveis sob a responsabilidade do FOZTRANS, a ser remunerado pela comissão de 5% legalmente permitida, nos termos do Decreto nº 21.981/1932 paga pelo arrematante do bem.
- 1.1.1. Por se tratar de credenciamento, procedimento de contratação direta previsto no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicam-se as regras específicas deste instituto jurídico, que visa habilitar todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público / Credenciamento;
- 1.1.2. O presente credenciamento, por sua natureza jurídica peculiar, não comporta a aplicação das regras de tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente;
- 1.1.3. Não se aplica a reserva de cota para ME/EPP, conforme previsto no inciso III do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o credenciamento não envolve competição entre os participantes, sendo



habilitadas todas as empresas que preencham os requisitos da habilitação e legais exigidos;

- 1.1.4. A prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEI) sediados localmente, prevista no Decreto Municipal nº 30.699, de 26 de setembro de 2022, não é aplicável ao credenciamento, pois não há seleção de propostas ou ordem de classificação entre os participantes, sendo contratados todos os habilitados;
- 1.1.5. Pelos mesmos fundamentos, não se aplicam ao presente credenciamento as margens de preferência para fornecedores da região oeste do Paraná ou do Município de Foz do Iguaçu, uma vez que tais benefícios pressupõem procedimentos competitivos com seleção de propostas, situação incompatível com o instituto do credenciamento, que visa justamente habilitar todos os que atendam aos requisitos estabelecidos, garantindo assim maior amplitude de opções aos serviços municipais.

1.2. Especificações e Quantidades

Item	Produto - Descrição	Tipo de Item	Unidade	Quantidade
01	Credenciamento de Leiloeiros Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis do Foztrans - Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu.	Prestação de serviço	UN	Não há limite mínimo de credenciados

- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são de **natureza comum** e de **execução não contínua**, prestados **sob demanda**, ou seja, cada **leilão** constitui um



evento delimitado, com etapas definidas e **término** (prestação de contas). A **vigência contratual** assegura a **disponibilidade** do credenciado para atender às convocações **sempre que houver necessidade administrativa, sem** caracterizar serviço contínuo e **sem** obrigação de demanda mínima. A contratação se dará através de credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

- 1.3.1. A execução dar-se-á mediante **ordem de serviço individualizada** emitida pelo FOZTRANS para cada **evento de leilão**, na qual constarão os lotes seguindo os requisitos exigidos na legislação específica de leilão de veículos conforme definidas no Código e Trânsito Brasileiro – CTB e suas resoluções, prazos operacionais e entregáveis sendo este desde o primeiro ato do serviço, até a finalização com a prestação de contas, preservadas as condições padronizadas do credenciamento.
- 1.4. O prazo de vigência do sistema de credenciamento, regido pelo Edital de Chamamento Público, será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação. Durante este período, o chamamento permanecerá aberto para a inscrição de novos interessados que atendam às condições estabelecidas no edital.
 - 1.4.1 **1.4.1.** Os contratos individuais celebrados com os leiloeiros credenciados terão **vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis** por iguais e sucessivos períodos, **limitados** à vigência do credenciamento (item 1.4) e à legislação aplicável. A prorrogação tem por finalidade **assegurar a disponibilidade** do credenciado para atender **ordens de serviço** relativas a **eventos de leilão** (demanda quantidade mínima veículos aptos), **não** implicando a classificação dos serviços como **contínuos**.
 - 1.4.2 Durante o período de vigência da contratação, se houver instauração de procedimento licitatório e subsequente celebração de novo contrato para serviços de leiloeiro objeto desse termo de referência, o presente credenciamento será automaticamente descontinuado, assegurando-se o integral cumprimento de todas as obrigações pendentes até o momento da referida descontinuidade.



9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf



- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Não há agrupamento de itens nesta contratação.
- 1.7. Caso o sistema de gestão utilizado pelo FozTRANS/PMFI passe a permitir a celebração de **contrato único** com múltiplos leiloeiros credenciados, essa sistemática será adotada. Caso contrário, será firmado um **termo de adesão contratual individual** para cada leiloeiro credenciado, conforme previsto no edital de chamamento.
 - 1.7.1. O controle da execução e da distribuição será realizado pela Comissão de Leilões e pelos fiscais designados, garantindo que não haja sobreposição de atribuições ou extrapolação dos limites operacionais previstos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O Objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02345707000165-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/05/2024
- III) Id do item no PCA: 280
- IV) Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
- V) Identificador da Futura Contratação: 928294-194/2025



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O Leiloeiros Público Oficial contratado atuará nos leilões promovidos pelo FOZTRANS para a venda de veículos, incluindo a preparação, organização e condução, dos leilões de veículos retidos e acautelados pelo FOZTRANS, incluindo ainda veículos próprios;
- 4.1.1. Sem prejuízo das obrigações do Contratante e do Contratado estabelecidas neste Termo de Referência, o serviço do Leiloeiros Público Oficial será solicitado pela Comissão de Leilões, quantas vezes forem necessárias, durante a vigência do Contrato, que também determinará as datas e demais condições para a realização dos leilões;
- 4.1.2. Os serviços deverão ser prestados desde a fase de reunião dos lotes até o encerramento do Leilão, entendido este como sendo a reunião de prestação de contas entre o Contratado e o Contratante;
- 4.1.3. Detectada nova necessidade de alienação de bens, durante o período de vigência contratual, as fases se repetirão;



- 4.1.4. O leiloeiro deverá executar os serviços contratados em imóvel próprio, locado ou indicado pela administração municipal e através de plataforma digital de domínio e registro do Leiloeiro;
- 4.1.5. O Leiloeiro Público Oficial deverá dispor de sistema informatizado para controle das atividades inerentes à venda dos bens, assim como fornecer relatórios gerenciais em cada fase do processo (a exemplo de cadastramento de bens, administração/realização do Leilão oficial, relatório específico dos leilões, prestação de contas sobre a venda do bem, dentre outros).
- 4.1.6. O leiloeiro deverá apresentar Registro e comprovação de existência de plataforma ou sítio eletrônico de seu domínio exclusivo, demonstrando a funcionalidade dela para realização de leilões, assim como relação de leilões já realizados através dessa ferramenta;
- 4.1.7. O leiloeiro deverá possuir site próprio para a divulgação dos leilões realizados pelo contrato a ser firmado. Tal divulgação também deverá ser realizada, às suas expensas, por pelo menos um dos meios apresentados a seguir: mala-direta, faixas, publicação em jornal de grande circulação, folders e/ou panfletos; podendo também ser utilizados outros meios, além destes, desde que sem ônus à Administração.
- 4.1.8. Para a prestação dos serviços, o leiloeiro deverá ter equipe compatível a fim de atender os arrematantes com celeridade e qualidade, quando for o caso;
- 4.1.9. Após a realização de cada leilão, o leiloeiro deverá disponibilizar à Administração, relatório consolidado, contendo, pelo menos, os seguintes dados: data do leilão, número e descrição do lote, valor do lance inicial e de arrematação de cada lote, bem como o valor total alcançado no leilão.



- 4.1.10. O serviço de leiloeiro será solicitado pelo Foztrans – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, órgão de trânsito municipal, responsável pela remoção e guarda dos veículos retidos, removidos em decorrência de infração de trânsito, sinistros ou abandono, quantas vezes forem necessárias, durante a vigência do Contrato que também determinará as datas e demais condições para a realização dos leilões durante a vigência contratual.
- 4.1.11. A remuneração do leiloeiro será paga diretamente pelo arrematante;
- 4.1.12. Os leilões deverão ser realizados em total observância das leis e normas vigentes como também com a publicidade necessária;
- 4.1.13. Caberá ainda ao leiloeiro:
- a) Efetuar a venda dos bens (veículos e/ou sucatas, inservíveis, fardo ferroso) disponibilizados para leilão por preços iguais ou superiores aos da avaliação devidamente ratificados pelo Responsável pelo Setor de Leilão ou Comissão de Leilão nomeado por portaria;
 - b) **Prestar apoio técnico especializado à Comissão ou Setor de Leilões do FOZTRANS na avaliação dos bens** (veículos, sucatas e materiais inservíveis), mediante elaboração de laudos descritivos e propostas de valor, os quais deverão ser **ratificados formalmente pelo** Responsável do Setor de Leilão ou Comissão de Leilão nomeado por portaria antes de sua publicação nos editais;
 - c) Prestar todas as informações que se fizerem necessárias Responsável pelo Setor de Leilão ou Comissão de Leilão Do Foztrans no intuito instruir a confecção dos editais da modalidade leilão que serão deflagrados.
 - d) Responsabilizar-se por todas as providências e correspondentes despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de



som, acomodação, bem como toda infraestrutura necessária à realização do evento.

- e) **Colaborar com o Setor de Leilões ou Comissão designada** na organização dos lotes e na coleta de informações descritivas dos bens, **para subsidiar a confecção dos editais** de leilão, cuja **elaboração e responsabilidade legal será exclusiva da Administração** através do Foztrans;
- f) Organizar e/ou auxiliar na organização dos lotes segundo as técnicas de leilão.
- g) Responder pelos eventuais danos causados ao **Foztrans – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu** e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias.

4.1.14. Promover o leilão por meio de plataforma preferencialmente eletrônica ou híbrida, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;

4.1.15. O leiloeiro contratado deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 21.981/1932, durante todo o processo de organização do leilão, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas neste Termo de Referência.

4.1.16. O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, se necessário;

4.1.17. Para entrega do bem leilado ao arrematante, o leiloeiro deverá efetuar nova vistoria.

4.1.18. Deverá elaborar termo de arrematação para entregar ao arrematante junto com bem.



4.1.19. A modalidade padrão de realização dos leilões será a **eletrônica**, utilizando plataforma digital própria do leiloeiro, conforme disposto neste Termo de Referência.

4.1.20. Poderá ser adotado o formato **híbrido** (presencial + eletrônico), a critério da Administração, sempre que a natureza dos bens ou o interesse público assim justificarem.

4.1.20.1. Nessa hipótese, o leiloeiro deverá disponibilizar **infraestrutura mínima presencial**, conforme orientação do Setor ou da Comissão de Leilões, inclusive pessoal técnico e meios logísticos necessários, **sem ônus adicional à Administração**

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Ainda que o objeto da presente contratação (credenciamento de leiloeiros oficiais) não envolva, diretamente, a aquisição de bens ou execução de serviços com impacto ambiental direto, a atividade de leilão de veículos apreendidos e abandonados possui **implicações ambientais relevantes**, especialmente quanto à correta destinação das sucatas inservíveis.

4.2.2. Garantir que os veículos classificados como **sucata inservível** sejam destinados à **prensagem e destruição ambientalmente adequada**, conforme o disposto na **Resolução CONTRAN nº 623/2016** e nas **normas ambientais vigentes**;

4.2.3. Apresentar comprovantes de destinação final por meio de empresas licenciadas, em conformidade com as exigências dos órgãos ambientais competentes;



- 4.2.4. Assegurar que os veículos classificados como **sucatas com reaproveitamento de peças** sejam alienados exclusivamente a **empresas do ramo de desmonte e reciclagem de veículos** devidamente cadastradas, observando-se os critérios legais de segurança ambiental e rastreabilidade;
- 4.2.5. Adotar boas práticas de gestão logística e digitalização de documentos, promovendo a **redução do uso de papel** e maior eficiência nos trâmites administrativos;
- 4.2.6. Atuar em cooperação com o FozTRANS para mitigar impactos ambientais decorrentes da permanência prolongada de veículos em pátios públicos, colaborando na **liberação de espaços físicos e na prevenção de contaminações ao solo e ao meio ambiente.**
- 4.2.7. A observância desses critérios integra os compromissos assumidos pelos leiloeiros credenciados e será acompanhada pelo órgão contratante ao longo da execução contratual, como forma de garantir conformidade com os princípios da **administração sustentável**, nos termos do art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. **Subcontratação**

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. **Garantia da contratação**

- 4.4.1. **Não haverá exigência da garantia da contratação, com base no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021. A dispensa se justifica pela natureza do credenciamento, que envolve múltiplos prestadores em sistema de rodízio e pagamentos feitos ao prestador (leiloeiro) caberá ao**



arrematante, no percentual previsto neste Termo de Referência, mitigando o risco de inexecução que a garantia visa cobrir.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.
- 5.4. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 5.6. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 5.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por este Termo de Referência.
- 5.8. Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, quanto às normas de segurança.
- 5.9. Realizar rigorosa vistoria dos bens, arcando com eventuais custos necessários.
- 5.10. Disponibilizar canal de comunicação para contato pelos interessados na aquisição dos bens a serem leiloados, através de meio eletrônico (por e-mail e chat online) e serviço telefônico para orientação sobre o processo de leilão e a forma de participação.
- 5.11. Disponibilizar representante, em períodos previstos em edital, no local onde se encontra os bens a serem leiloados, para visitação e credenciamento de eventuais interessados.
- 5.12. **Colaborar com a Administra o na elabora o dos editais**, mediante o fornecimento das informa es técnicas necessárias e atualizadas sobre os bens e lotes, **cabendo exclusivamente ao FOZTRANS a elabora o, aprova o e publica o dos editais de leilão.**
- 5.13. Divulgar o leilão em endereço eletrônico e confeccionar material publicitário impresso sobre o leilão, sob forma de cartilha, livreto, folheto etc., identificando sempre a melhor forma de publicidade de acordo com a natureza do bem ofertado, além de divulgar o leilão, pelo menos por uma vez em jornal de circula o regional e na imprensa oficial, fazendo constar na divulga o do evento na Internet e no material impresso, a descri o dos bens, informa es



sobre o leilão, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

- 5.14. As obrigações do leiloeiro são as constantes neste termo de referência, no contrato, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, com alterações posteriores;
- 5.15. **Fazer a conferência dos bens a serem leiloados (estado de conservação).**
- 5.16. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação em datas aprazadas, divulgando-se os respectivos editais com antecedência mínima exigida;
- 5.17. Tornar conhecidas, quando da publicidade dos eventos, as condições das vendas, formas de pagamento, entrega dos bens, estado, qualidade e quantidade;
- 5.18. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do leilão em decorrência do cumprimento do contrato e responsabilizar-se perante indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelos seus usos indevidos;
- 5.19. Atender aos interessados, devendo conduzir o leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com emissão de autorização para a retirada dos bens arrematados e pagos e a devida prestação de contas;
- 5.20. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Foztrans ou a terceiros, ainda que culposos, decorrente da sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata;



- 5.21. Disponibilizar recursos humanos para fins de execução da atividade, devidamente identificados através de crachá;
- 5.22. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução do leilão;
- 5.23. Correrão por conta do Contratado todas as despesas, custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, necessários à fiel execução desse respectivo Termo.
- 5.24. O Contratado está obrigado a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante
- 5.25. O Contratado deverá manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse Termo, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva.
- 5.26. O Contratado está obrigado a executar o respectivo Termo através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
- 5.27. O Contratado está obrigado a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.
- 5.28. O Contratado está obrigado a cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades



competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos, mandatários ou convenientes.

5.29. O Contratado está obrigado a manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei n. 14.133/2021 que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei;

5.30. O Contratado está obrigado a acatar as disposições da legislação vigente inerente ao objeto deste contrato, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei n. 14.133/2021;

6. OBRIGAÇÕES DO FozTRANS:

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e as cláusulas editalícias.
- 6.2. Exercer o acompanhamento da gestão e fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado.
- 6.3. Assegurar o livre acesso ao leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, aos locais dos bens;
- 6.4. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o contratado e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos.
- 6.5. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 6.6. Anexar no devido processo, todos os documentos relacionados à execução contratual, tais como recibos, termos de avaliação, editais de leilão, contratos



e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, prestações de contas e notificações expedidas.

- 6.7. Disponibilizar, se necessário, edital-padrão e normas internas;
- 6.8. Publicar os editais no site institucional e outros meios legais.

7. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E CONVOCAÇÃO PARA EXECUÇÃO

- 7.1. A distribuição dos serviços ocorrerá conforme a necessidade e a conveniência do FozTRANS, de maneira a garantir a continuidade da política pública de destinação final e alienação de veículos retidos ou removidos, por meio da realização de leilões, em estrita conformidade com o planejamento operacional do órgão.
- 7.2. Decorridos 15 (quinze) dias da publicação do primeiro edital de credenciamento, será realizado sorteio entre os leiloeiros credenciados e habilitados até então, com o objetivo de formar uma **ordem inicial de distribuição de chamadas** para execução dos serviços.
- 7.3. O(a) agente de contratação utilizará a planilha do Excel habilitada para macros [SORTEIO ##.XLsm] para a efetivação do sorteio, cuja data e horário serão previamente agendados e publicados no Portal da Transparência do Município, e a gravação da tela do sorteio será disponibilizada posteriormente;
- 7.4. O(a) agente de contratação utilizará planilha eletrônica, ou sistema equivalente, para a realização do sorteio que definirá a ordem de fila dos leiloeiros credenciados. A data e o horário desse sorteio serão previamente definidos e publicados no Portal da Transparência do Município. O registro da ordem obtida será arquivado no processo, servindo como referência para as convocações futuras sempre que houver necessidade de realização de leilões pelo FozTRANS, e estará disponível para consulta pública
- 7.4.1 Esta planilha contém:



- a) dados do processo e do item;
- b) a coluna “A”, na qual o agente inserirá, em ordem alfabética, os nomes (razões sociais) de todos os leiloeiros credenciados que estejam devidamente habilitados no momento do sorteio;
- c) o botão [SORTEAR], que, quando acionado, embaralha os nomes dos leiloeiros e os aloca na coluna “C”
- d) a coluna “C”, onde são disponibilizados os nomes devidamente embaralhados, constituindo o resultado da classificação gerada pelo sorteio;
- e) a coluna “D”, que apresenta a ordem sequencial dos leiloeiros sorteados na coluna “C”, definindo a ordem da fila que será observada para a execução dos leilões solicitados pelo FozTRANS.

7.5. Sempre que houver necessidade de nova classificação dos leiloeiros credenciados, seja em razão do ingresso de novos interessados ou por outro motivo que demande atualização da ordem de fila, será realizado novo sorteio utilizando o mesmo procedimento descrito nos itens 7.3 e 7.4. A data e o horário desse novo sorteio serão previamente definidos e publicados no Portal da Transparência do Município, garantindo ampla publicidade e isonomia entre os credenciados

7.6. A lista com a ordem dos sorteados será publicada no portal oficial do FozTRANS, permanecendo acessível ao público.

7.7. Passado o prazo inicial para o credenciamento, que permanecerá aberto, novos requerimentos de outros interessados podem ser recebidos a qualquer tempo, mas apenas serão analisados no início de cada quadrimestre do exercício financeiro, salvo se, por motivo justificado, a Administração necessitar antecipar a análise para a contratação de novos credenciados.



- 7.8. A convocação dos leiloeiros observará **estritamente** a ordem sequencial da lista vigente (rodízio), **vedada** qualquer alteração da ordem por critérios discricionários. Será convocado o próximo da fila **apenas** nas hipóteses abaixo, todas **objetivas** e previamente definidas no edital:
- a) recusa **expressa** do convocado no prazo do item 7.9;
 - b) **impedimento superveniente** comprovado (força maior), que inviabilize a execução;
 - c) **não atendimento tempestivo** das condições/documentos de execução previstos no edital/contrato;
 - d) aplicação de **penalidade** que suspenda ou impeça a convocação.
- 7.8.1. Todos os atos de convocação, recusa, salto de ordem e suas justificativas **serão registrados** no processo e **publicados** no portal oficial, assegurando **transparência e rastreabilidade**.
- 7.9. O leiloeiro convocado poderá recusar justificadamente a execução do serviço no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da convocação oficial. Em caso de recusa, será automaticamente convocado o próximo leiloeiro da lista vigente.
- 7.10. O leiloeiro que recusar, sem justificativa plausível, **por 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas** durante a vigência do credenciamento, poderá ser descredenciado, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 7.11. A cada ciclo completo de convocações entre os credenciados habilitados, a lista será reiniciada, promovendo **novo sorteio geral** se houver alterações relevantes no quadro de credenciados ou a critério do FozTRANS, com vistas à eficiência administrativa e isonomia.
- 7.12. Em caso de rescisão contratual, não execução injustificada ou descumprimento contratual, o próximo leiloeiro da lista de distribuição será imediatamente convocado para assumir os serviços.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A contratação dos serviços será realizada por meio de Credenciamento, conforme previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, voltado à



prestação de serviços por leiloeiros oficiais devidamente registrados na Junta Comercial, para atuação nos leilões de veículos retidos e não reclamados, classificados como circuláveis, sucatas ou inservíveis, de propriedade do FozTRANS ou sob sua responsabilidade.

8.2. Forma de Seleção

- 8.2.1 A seleção ocorrerá por meio de **chamada pública de credenciamento**, com prazo de recebimento de documentos mantido **aberto de forma contínua**, conforme permitido legalmente, observados os requisitos definidos no edital, neste Termo de Referência e demais normativos aplicáveis.
- 8.2.2 Estando regularmente habilitado e credenciado, o fornecedor (leiloeiro) será incluído em **sistema de rodízio**, nos termos descritos neste TR, para execução das demandas conforme convocação do FozTRANS, assegurando a alternância e a impessoalidade no chamamento.

8.3. Critérios de Seleção

- 8.3.1. O critério para participação será **técnico-habilitatório**, limitado à comprovação documental de:
- a) Habilitação profissional como leiloeiro oficial com registro ativo na Junta Comercial da unidade federativa;
 - b) Regularidade fiscal e trabalhista conforme exigências legais;
 - c) Apresentação de declaração de concordância com os termos do edital e deste Termo de Referência;
 - d) Ausência de impedimentos legais para contratação com o poder público.
- 8.3.2. Não haverá julgamento por menor preço ou maior desconto, uma vez que **a remuneração se dará exclusivamente por meio da comissão legal, paga diretamente pelo arrematante**, sem ônus para o FozTRANS.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o FOZTRANS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O FOZTRANS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o FOZTRANS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.6. **Rotinas de Fiscalização**
 - 9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
 - 9.6.2. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 9.7. **Fiscalização Técnica Contratual**



- 9.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.7.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;
- 9.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.7.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 9.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 9.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.8. **Fiscalização Administrativa Contratual**

- 9.8.1. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 9.8.2. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.8.3. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do



contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.9. Gestão Contratual

- 9.9.1. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, com função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme alíneas do art. 303 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, especialmente:
- 9.9.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 9.9.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.9.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 9.9.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser



conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 9.9.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 9.9.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão Financeira do FOZTRANS para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.9.9. A gestão e fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal no 14.133, de 2021.
- 9.9.10. Os seguintes servidores são os indicados para gestão/fiscalização contratual, em observância ao Decreto nº 31.763 de 06/09/2023, art. 5:

Gestor: Kelly Cristina Moraes Martins de Paula,
Agente de Trânsito e Transporte - Sênior;

Gestor Suplente: Mariliê Bresola da Silva

Fiscal: Franciane Duarte Lewrentz
Agente de Trânsito e Transporte – Sênior;

Fiscal Suplente: Elvis Daniel Gonzalez Ugarte

9.10. Além do disposto acima, a gestão/fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) A unidade requisitante (Divisão de Leilões) será responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços,



conforme designação de servidor gestor/fiscal formalmente nomeado por portaria;

- b) *Todos os atos de gestão e fiscalização serão realizados preferencialmente por meios digitais, utilizando ambiente em nuvem (como Google Drive institucional ou outro repositório seguro), com pastas organizadas e individualizadas por leilão, contendo documentação completa de cada etapa, inclusive a vinculação de cada veículo ao respectivo processo;*
- c) *A fiscalização manterá, de forma digital e atualizada, o registro completo das etapas do credenciamento, incluindo atas de sorteios, comunicações de convocação, termos contratuais, eventuais recusas justificadas, relatórios de prestação de contas e comprovantes de repasse;*
- d) *A fiscalização deverá observar se o leiloeiro credenciado cumpre fielmente os prazos e condições pactuadas no edital de credenciamento e em seu contrato individual, especialmente quanto à transparência dos leilões, publicidade dos atos, arrecadação, prestação de contas e respeito aos princípios da administração pública;*
- e) *Para cada leilão realizado, deverá ser arquivado em pasta digital própria o relatório de prestação de contas, contendo a lista de veículos ofertados, os bens arrematados, valores arrecadados, comissão aplicada, valor repassado ao Foztrans e documentação de publicidade dos atos, nos termos do Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução CONTRAN nº 623/2016;*
- f) *A fiscalização verificará o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte do leiloeiro, especialmente no que se refere à legalidade dos procedimentos, transparência na condução dos leilões, prazos estabelecidos e respeito aos princípios da administração pública;*
- g) *Em caso de descumprimento contratual ou conduta irregular, serão adotadas as medidas previstas neste Termo de Referência, inclusive a instauração de*



9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf



processo administrativo sancionador, quando cabível, com registros documentados no ambiente digital de controle;

- h) Relatórios semestrais de acompanhamento e avaliação da execução contratual serão produzidos pelo fiscal responsável e encaminhados ao gestor responsável, contendo histórico dos leilões realizados, desempenho dos leiloeiros, eventuais falhas ou intercorrências e recomendações para aperfeiçoamento dos processos.*
- i) A Gestão deverá encaminhar relatório semestral de acompanhamento à Diretoria Superintendente contendo o histórico de leilões realizados, eventuais ocorrências relevantes, sugestões de melhoria e avaliação geral da atuação dos leiloeiros credenciados.*

10. LOCAL DE EXECUÇÃO

- 10.1. Plataforma eletrônica de leilões (online). Visitação e retirada dos veículos ocorrerão no pátio designado pelo FozTRANS.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 11.1. Por se tratar de procedimento de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, não há critério de julgamento por disputa ou lance. O processo consiste na **verificação objetiva do atendimento aos requisitos legais, técnicos e fiscais** estabelecidos no edital, sendo considerados **credenciados todos os interessados que atendam integralmente** às condições fixadas pelo FozTRANS.

- 11.2. Serão admitidos ao credenciamento os Leiloeiros Oficiais que:

- 11.2.1. Comprovarem nomeação e matrícula na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), conforme Decreto Federal nº 21.981/1932;



- 11.2.2. Apresentarem regularidade fiscal e trabalhista conforme exigências da Lei nº 14.133/2021;
- 11.2.3. Atenderem aos demais critérios de habilitação jurídica, técnica e de qualificação operacional exigidos no edital.
- 11.2.4. O credenciamento permanecerá aberto por tempo indeterminado, assegurando a qualquer interessado que atenda às condições a possibilidade de integrar a rede de prestadores do serviço, com isonomia, publicidade e eficiência.

11.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 11.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Pessoa Física – CPF**, em situação regular;
- 11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, e com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de:
 - 11.3.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.
 - 11.3.2.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 11.3.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal ou estadual/distrital**, relativo ao domicílio do credenciado, pertinente à sua



atividade e compatível com o objeto contratual, quando houver previsão legal para tal inscrição;

11.3.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio do credenciado, quando exigível;

11.3.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio do credenciado, quando exigível;

11.3.2.6. Caso o credenciado seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio, ou documento equivalente, na forma da lei;

11.3.2.7. O credenciamento junto à **Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)**, nos termos do Decreto nº 21.981/1932, é requisito indispensável para a habilitação do leiloeiro oficial;

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de leiloeiro oficial, por meio da apresentação de atestados ou certidões expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.4.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de organização e condução de leilões públicos ou privados, presenciais ou eletrônicos, abrangendo a venda de bens móveis, veículos ou outros itens compatíveis com o objeto deste credenciamento.

11.4.3. Comprovar a habilitação legal para o exercício da função de leiloeiro oficial, mediante apresentação de:



- a) Certificado de registro ou matrícula de leiloeiro expedido por Junta Comercial do Estado do Paraná, em nome do profissional responsável.

11.4.4. As comprovações previstas neste item serão exigidas tanto no credenciamento inicial quanto em eventual revalidação cadastral ou atualização de dados, assegurando que todos os leiloeiros credenciados mantenham, durante toda a vigência do credenciamento, as condições técnicas e legais necessárias para a execução dos serviços.

12. PAGAMENTO

12.3. A presente contratação **não acarretará qualquer ônus financeiro ao FOZTRANS**, sendo a **remuneração do Leiloeiro Oficial credenciado realizada exclusivamente por meio da comissão legal incidente sobre o valor dos bens arrematados**, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 21.981/1932.

12.4. Essa comissão será **paga diretamente pelo arrematante**, no momento do arremate, conforme previsto em edital de cada leilão e em conformidade com o percentual de 5% definido neste Termo de Referência.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO:

A fiscalização será exercida pela Divisão de Leilões do FOZTRANS, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O gestor do contrato será designado formalmente após a assinatura.

14. PENALIDADES:



Em caso de descumprimento contratual, aplicar-se-ão as sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.3. O não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e no contrato administrativo firmado com o FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, sujeitará o leiloeiro oficial credenciado às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme segue:

15.3.1. **Constituem infrações passíveis de sanção, entre outras previstas neste Termo de Referência e/ou Contrato:**

- a) Recusar ou deixar de realizar o leilão, após convocação formal, sem justificativa aceita pelo FOZTRANS;
- b) Descumprir prazos, condições ou procedimentos previstos no edital, contrato ou legislação aplicável, inclusive quanto à divulgação, realização e finalização do leilão;
- c) Omitir, alterar ou prestar informações falsas, incompletas ou que induzam a erro nos relatórios, avaliações, anúncios ou quaisquer documentos relacionados aos leilões;
- d) Conduzir o leilão com má-fé, desídia, negligência, imperícia ou de forma a comprometer a transparência, a competitividade ou a legalidade do certame;
- e) Deixar de observar as determinações da fiscalização do FOZTRANS ou dificultar seu trabalho;
- f) Promover atos que resultem em prejuízo direto ou indireto à Administração Pública ou aos arrematantes, inclusive favorecendo indevidamente terceiros;



- g) Cobrar valores superiores aos permitidos, criar taxas não previstas ou exigir pagamento de forma contrária às regras estabelecidas;
- h) Utilizar informações obtidas em razão da execução do contrato para benefício próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse público;
- i) Não manter as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante toda a vigência do contrato;
- j) Recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato, termo de execução ou quaisquer documentos necessários para a realização do leilão;
- k) Não observar as normas ambientais e de destinação final previstas na legislação, especialmente no caso de veículos classificados como sucata;
- l) Deixar de garantir a publicidade e a transparência do leilão, inclusive mediante a divulgação prévia adequada dos bens, suas condições e valores;
- m) Interromper, adiar ou suspender leilão sem motivo justificado e previamente comunicado ao FozTRANS.

15.4. Classificação das infrações:

- I- **Leves:** aquelas que não causem prejuízo direto à execução do objeto ou ao interesse público, como atrasos pontuais na entrega de relatórios, desde que não reincidentes;
- II- **Médias:** aquelas que possam comprometer a regularidade ou a transparência do leilão, como descumprimento de prazos ou falhas na divulgação dos bens;
- III- **Graves:** aquelas que causem prejuízo material ou jurídico à Administração ou a terceiros, bem como condutas que violem os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência, incluindo má-fé, omissão dolosa, fraude ou não manutenção das condições de habilitação.

15.5. Sanções aplicáveis:



- a) Advertência formal por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado dos bens do leilão objeto da infração, quando houver prejuízo ou atraso relevante;
- c) Suspensão temporária de participação nas convocações por até 12 (doze) meses;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por até 3 (três) anos;
- e) Descredenciamento, em casos de reincidência ou infrações graves.

- 15.6. O leiloeiro oficial que recusar a prestação do serviço por 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas durante o período de vigência do credenciamento será automaticamente descredenciado, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado.
- 15.7. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A pessoa contratada deverá colaborar na obtenção de dados e informações que a Administração deva disponibilizar à sociedade, seja de interesse particular, coletivo ou geral, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- 16.2. Considerando as peculiaridades e especificações do objeto licitado, **não há informações aptas a serem classificadas** nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei nº 12.527/2011.



Foz do Iguaçu – PR, 29 de agosto de 2025.

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31

Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



MATRIZ DE RISCO - CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

Processo Administrativo nº 60.882/2025

ID	Descrição	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Responsável	Plano de Contingência
R1	Baixa adesão ao credenciamento	Divulgação insuficiente ou requisitos de habilitação pouco claros	Menor concorrência e possíveis atrasos na realização de leilões	Média	Médio	Médio	Ampla divulgação, linguagem clara no edital, canal de esclarecimento de dúvidas	FOZTRANS	Reforçar divulgação, prorrogar prazo de credenciamento
R2	Indisponibilidade do leiloeiro convocado	Conflito de agenda ou impedimento superveniente	Atraso na realização do leilão	Alta	Médio	Alto	Confirmação prévia e calendário acordado	Leiloeiro	Convocar próximo da fila, registrar recusa, aplicar sanções por reincidência
R3	Falha técnica na plataforma de leilão eletrônico	Indisponibilidade ou problemas no sistema do leiloeiro	Suspensão ou adiamento do leilão	Média	Alto	Alto	Testes prévios, redundância de sistemas, suporte técnico	Leiloeiro	Reagendar leilão, acionar suporte, comunicar participantes
R4	Questionamento jurídico sobre a ordem de fila	Percepção de favorecimento ou critério de convocação questionado	Suspensão temporária do credenciamento	Baixa	Alto	Médio	Sorteio público com gravação, publicação da ordem no portal	FOZTRANS	Realizar novo sorteio, ajustar critérios se necessário
R5	Irregularidade na destinação de veículos ou sucatas	Descumprimento de normas ambientais por arrematantes	Responsabilização administrativa e ambiental do órgão	Baixa	Alto	Médio	Exigir documentação de destinação final, fiscalização	Leiloeiro e FOZTRANS	Acionar órgãos competentes, barrar futuros arremates
R6	Falhas na prestação de contas	Relatórios incompletos ou fora do prazo	Insegurança jurídica e financeira	Média	Médio	Médio	Definir modelo padrão, prazos e checklist de conferência	Leiloeiro	Notificar, aplicar sanções, suspender convocações
R7	Cobrança indevida ao arrematante	Comissão ou taxas fora do limite legal	Reclamações, nulidade de arremates	Baixa	Alto	Médio	Definir comissão no edital, fiscalização ativa	FOZTRANS e Leiloeiro	Determinar estorno, sancionar leiloeiro



9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **1/2025**

Assunto: **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf

Hash do Documento

299D5CC948804F6344BCBB823C7AAE723F5C38629C2A466BBBFB1CD09ECB7BD5

Anexos

MATRIZ_RISCOS_LEILOEIRO_FOZTRANS.pdf - **7d5bf2a9-489e-4ce6-9bd5-0d0c0fb3733b**

TR_LEILOEIRO_2025_CREDENCIAMENTO.pdf - **a29f18c6-c899-4ca4-a32c-185b82ac67bf**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/08/2025 é(são) :

KELLY CRISTINA MORAES MARTINS DE PAULA (Signatário) - CPF: ***23703971** em 29/08/2025 14:59:16 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FRANCIANE DUARTE LEWRENTZ (Signatário) - CPF: ***67245902** em 29/08/2025 15:45:07 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.